



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

REGULAMENTO INTERNO Residências Comunitárias

CAPÍTULO I

Objectivos do Regulamento

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

- a) Promover o respeito pelos direitos dos utentes, nomeadamente da sua dignidade e intimidade da sua vida privada;
- b) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da Instituição;
- c) Promover a participação activa dos utentes e dos seus familiares e/ou representantes legais ao nível da resposta social.

CAPÍTULO II

Das Condições Gerais

Artigo 1º – São considerados utentes das Residências Comunitárias da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, os indivíduos de ambos os sexos que sejam admitidos em



conformidade com o presente Regulamento Interno, após organização prévia do respectivo processo de admissão.

Artigo 2º – São condições gerais de admissão:

- a) Serem preferencialmente naturais e residentes do concelho de Lousada;
- b) Ser vontade própria do candidato ser admitido e passar a residir nas residências;
- c) Não ser portador de qualquer doença infecto-contagiosa, de foro psiquiátrico, ou alcoolismo crónico que possa prejudicar quer a saúde, estabilidade ou convivência dos demais utentes, quer o regular funcionamento das residências;
- d) Responder com verdade a um inquérito feito pelo Serviço Social em boletim próprio, devendo o candidato ou o seu representante apresentar o bilhete de identidade, cartão de beneficiário, cartão de contribuinte, cartão de utente e documento comprovativo do seu rendimento;
- e) Não se encontrarem em situação de dependência;
- f) Serem sujeitos a uma ou mais visitas domiciliárias sempre que o Serviço Social considere necessário;
- g) Assinatura do contrato e aceitação do presente regulamento;
- h) Deverão também apresentar declaração médica em como não sofrem das doenças atrás referidas, nas quais se refiram os dados clínicos considerados relevantes (relatório Médico).

Nota: só em casos excepcionais e justificáveis, a considerar individualmente, poderão deixar de se respeitar as condições exigidas no presente regulamento.

CAPÍTULO III

Do processo de admissão

Artigo 3º – Elaborado o inquérito médico-social e concluindo-se que a pessoa em causa não possa ter outra resposta, a Equipa Técnica da Instituição emitirá o seu parecer sobre a admissão.

Artigo 4º – O processo de admissão será apresentado a despacho da Mesa Administrativa que dará a decisão definitiva.



CAPTULO IV

Da admissão

Artigo 5º - O utente ou quem o represente legalmente no acto da admissão deverá assinar o respectivo contrato de admissão em como se compromete a pagar mensalmente a comparticipação estipulada, sujeitando-se anualmente às alterações proporcionais, ao aumento das reformas ou da taxa de inflação.

Artigo 6º - Se vier apurar que houve falsidade nas declarações do utente, ou na documentação entregue, o utente poderá ser convidado a abandonar as Residências, não tendo direito a qualquer reembolso.

CAPÍTULO V

Serviços de funcionamento das Residências

Artigo 7º – Alojamento

O alojamento será em quartos individuais nas Residências Comunitárias de Casais e quartos de duas camas nas Residências Comunitárias de Aveleda (1 quarto de Homens e 1 quarto Mulheres).

Artigo 8º – Roupas Pessoal do Utente

Os utentes, no momento da sua admissão, deverão fazer-se acompanhar de todas as roupas de uso pessoal, mas as de cama e atalhados, só se autorizados.

* Toda a roupa será marcada pela Instituição com as iniciais de cada utente.

Artigo 9º – Todos os demais serviços (alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e lavandaria), serão objecto de contratualização caso a caso.



Artigo 10º – A prestação dos referidos serviços é avaliada do seguinte modo:

- a) Alimentação – 25%
- b) Higiene pessoal – 5%
- c) Higiene Habitacional – 10%
- d) Lavandaria – 5%
- e) Alojamento – 5%

CAPÍTULO VI

Dos encargos

Artigo 11º – A prestação dos serviços referidos no artigo 8º e 9º, implica o pagamento de uma renda mensal de 5% da reforma do utente.

& - Todos os demais serviços serão pagos com o acréscimo que resulta da respectiva avaliação, de acordo com o disposto no artigo 11º.

Artigo 12º – As despesas de água e luz serão suportadas pelos utentes em parte pelo valor mensal de euros, 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos) e 7.50€ (sete euros e cinquenta cêntimos), respectivamente, sem prejuízo da sua actualização anual.

CAPÍTULO VII

Dos direitos e obrigações

Artigo 13º – Os utentes usufruem dos seguintes direitos:

- a) Os que forem contratualizados;
- b) Usar todas as instalações das residências que lhe foram destinadas;
- c) Tomar parte nas festas e passeios ou visitas que se realizarem;
- d) Terem assistência médica e de enfermagem nas condições do art.16º

Como as residências não dispõe de enfermagem e médico permanentes, sempre que surgir alteração do estado de saúde do utente recorrer-se-á aos serviços de urgência do Hospital;

- e) Receber visitas de acordo com o funcionamento e organização do horário da Instituição;
- f) Beneficiar das saídas e licenças conforme determina o capítulo XII;
- g) Pedir dispensa das refeições conforme determina o artigo 24º;
- h) Serem transferidos para o Lar Sousa Freire em caso de manifesta dependência;

* No caso previsto na alínea h) será elaborado um novo processo que regulamentará as condições resultantes da transferência.

Artigo 14º – Os utentes ou os seus representantes, terão as seguintes obrigações:

- a) Cumprir as normas do estabelecimento de acordo com o estipulado no contrato e no regulamento interno;
- b) Entregar no acto da admissão, cópia do bilhete de identidade ou documento que o substitua, cópia do cartão de contribuinte, cópia do cartão de beneficiário, cópia do cartão de utente e uma declaração compromisso do pagamento da verba mensal que lhe tiver sido atribuída como contribuição para as residências, aquando da realização do inquérito, sujeitando-se às actualizações referidas no art.5º;
- c) Respeitar rigorosamente, os horários das refeições, das visitas e das saídas conforme os horários estabelecidos, bem como a hora de silêncio (22.00);
- d) Liquidar, pontualmente a contribuição mensal fixada e as alterações subsequentes, bem como qualquer despesa extraordinária da sua responsabilidade, conforme o acordado no contrato;
- e) Efectuar o pagamento da comparticipação até ao dia 08 de cada mês, de acordo com o contrato previamente estabelecido. Após o dia 30 de cada mês serão acrescidos à comparticipação 5% do valor total;
- f) Prestar e ou manter a máxima colaboração para que as residências se apresentem limpas e arrumadas, no sentido de se manter o desejado asseio e arrumo, pelo que o cuidado com o arrumo do quarto, roupas e objectos pessoais, deve dentro do possível, ser feito pelo próprio utente;



- g) Serem sujeitos a uma ou mais visitas domiciliárias sempre que o Serviço Social considere necessário;
- h) Indicar no acto de admissão, qual o familiar ou pessoa de confiança a contactar em caso de situação anormal;
- i) Cumprir rigorosamente as prescrições médicas e medicamentosas;
- j) Tratar com educação e urbanidade todos os demais utentes, servidores e visitantes do lar;
- k) Não entrar em conflito com os outros utentes ou funcionários;
- l) Observar o mais rigoroso asseio individual;
- l) Pagar pontualmente os medicamentos e demais gastos (exemplo: fraldas), que vier a precisar, bem como pequeno-almoço e lanche.

CAPÍTULO VIII

Direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição

Artigo 15º-Os direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição, são os definidos nas cláusulas 11ª, 12ª e 13º do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho).

CAPÍTULO IX

Da assistência médica e de enfermagem

Artigos 16º – No âmbito do contrato celebrado com o utente, são prestados os seguintes cuidados de saúde:

- a) Consultas de simples acompanhamento, pelo Médico Assistente dos lares Sousa Freire e Residencial Lúcia Lousada, nos dias e horário afixado na Instituição, efectuando uma sessão de consulta semanal;
- b) Serviço de enfermagem de simples acompanhamento, em dias e horário afixado.

Artigo 17º – Em caso de doença passível de cuidados intensivos de enfermagem, devidamente reconhecidos pelo Médico, os utentes terão de ser obrigatoriamente transferidos para um dos quartos de enfermaria do lar Sousa Freire, regressando ao quarto das residências, logo que tais cuidados já não se tornem necessários.

Artigo 18º – Todos os utentes têm direito a assistência médica e de enfermagem, devendo submeter-se às prescrições clínicas e aos exames que periodicamente lhe serão feitos, devendo observar-se o seguinte:

- a) Os utentes beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, ou de qualquer outro organismo, deverão continuar a usufruir dos respectivos serviços, beneficiando dos descontos nos medicamentos e serviços;
- b) O recurso ao serviço de Hospital só se verificará quando houver impossibilidade de tratamento na Instituição carecendo de autorização do médico ou enfermeira ou, na ausência destes ao pessoal responsável pelo utente.
 - * Caso o utente se decida por tratamento em clínica particular, serão da sua responsabilidade as inerentes despesas;
- c) As consultas de especialidade terão lugar no Hospital Distrital, Central ou no Centro de Saúde, cabendo ao utente o pagamento das respectivas despesas;
 - * Sempre que haja dificuldade na obtenção de consulta nos Serviços do Estado, o médico da Instituição poderá propor o recurso aos serviços privados de saúde, bem como, no caso de ser seu desejo, poderá o utente recorrer a estes serviços.
- d) Os internamentos em clínicas particulares ou casas de saúde para tratamentos ou intervenções cirúrgicas serão sempre por conta do utente:
 - Se o utente, por qualquer circunstância, prescindir da assistência médica e de enfermagem que o Lar lhe proporciona nos termos do presente artigo e optar por outra solução, será única e exclusivamente responsável por todas as despesas que daí resultem.
- e) A toma da medicação prescrita aos utentes, será da inteira responsabilidade do pessoal de enfermagem;
- f) É vedado às visitas/familiares, fornecerem ao utente qualquer tipo de medicamento que não seja através do seu médico assistente e com o conhecimento do serviço clínico da Instituição.



CAPÍTULO X

De outros serviços

Artigo 19º – Os utentes poderão usufruir dos benefícios de uma ocupação terapêutica nos vários sectores de ocupação:

- a) A Instituição fomenta a organização de actividades sócio-culturais e recreativas quer da iniciativa dos Utentes, quer da Direcção da Instituição, com a frequência e regularidade determinadas pelas circunstâncias, em que o objectivo último é o convívio e a inter-acção entre os idosos e a comunidade.

& Único – A ocupação será sempre voluntária e escolhida pelo próprio utente, dentro das suas aptidões e do programa de actividades da Instituição.

CAPÍTULO XI

Horários de funcionamento e entrada e saída de visitas

Artigo 20º – A Instituição funciona todos os dias, 24 horas por dia.

Artigo 21º – Os utentes poderão receber visitas diariamente entre as 9.00h e as 11.45h e das 13.00h às 18.00h.

Artigo 22º – Exceptuam-se do disposto no artigo anterior, os casos dos utentes cujas visitas, por imperativos profissionais ou outros não possam observar o horário estabelecido, devendo, neste caso, ser acordado outro horário, o qual, não poderá perturbar o normal funcionamento da Instituição.

CAPÍTULO XII

Das saídas ou pedidos de licença ou dispensas

Artigo 23º – As saídas diárias dos utentes são livres, salvo contra indicação médica:

- a) Os utentes ou aqueles cuja saída, por qualquer limitação física, ou avançada idade, possa representar risco ou perigo para a sua segurança pessoal, só terão permissão para tal quando acompanhados por familiar ou pessoa amiga que se responsabilize pela estadia dos utentes fora das residências durante o período indicado, abrangendo esta responsabilidade o amparo físico e material dos mesmos, desde que saiam até que regressem as mesmas;
- b) Todos os utentes, salvo motivo de força maior, têm direito a ausentar-se por períodos variáveis, carecendo de autorização prévia para o efeito e devendo indicar o lugar para onde vão e respectivo número de telefone para qualquer contacto que seja necessário durante a ausência;
- c) Durante o período de ausência, os utentes bem como os familiares ou acompanhantes assumirão toda a responsabilidade por tudo quanto possa acontecer no exterior, não sendo imputável qualquer responsabilidade do estabelecimento por “ culpa in eligendo”.

Artigo 24º – Os utentes são dispensados sempre que o desejem, do almoço e/ou do jantar, mediante a autorização prévia, desde que regressem as residências até à hora do silêncio:

- a) Os pedidos de dispensa do almoço deverão ser comunicados na véspera até às 17:00 e os do Jantar até às 14:00 do próprio dia;
- b) Só em casos justificados e excepcionalmente, mediante a autorização da Directora Técnica da Instituição, ou quem a substitua, poderá o regresso às Residências ir além da hora do silêncio (22:00);
- c) As ausências às refeições não conferem aos utentes qualquer direito ou desconto na mensalidade.

CAPÍTULO XIII

Da disciplina

Artigo 25º – Para obtenção da harmonia e ordem necessárias ao bom funcionamento das residências torna-se indispensável:

- a) Preservar as normas mínimas de convívio social;
- b) Usar de respeito mútuo a nível de pessoas e de ideias e haver colaboração recíproca, atendendo à igualdade do estatuto de utente;
- c) Dar conhecimento à Directora Técnica ou a quem a substitua de discussões ou censura a quaisquer instruções e determinações quanto ao funcionamento dos serviços, no sentido de serem dados todos os esclarecimentos necessários;
- d) Respeitar a hora de silêncio que fica estabelecida pelas 22 horas.

Artigo 26º – Qualquer acto ou atitude que ultrapasse as normas de respeito pela pessoa, sua dignidade e bens, pelo incumprimento das normas decorrentes do presente regulamento e tendo em conta o grau de ilicitude e a personalidade do infractor, são passíveis das seguintes sanções:

1

- a) Repreensão verbal;
- b) Repreensão registada;
- c) Saída temporária da Instituição, mediante período a estipular conforme a gravidade da situação;
- d) Expulsão das residências.

2

- a) Na avaliação da sanção a aplicar, serão tidas sempre em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes que ao caso couber.

Artigo 27º – Compete à Directora Técnica da Instituição ordenar o processo de inquérito ou disciplinar e nomear Instrutor.

Artigo 28º – São competentes para a aplicação das sanções no artigo anterior:

- a) A Directora Técnica da Instituição mediante inquérito sumário ao pessoal com conhecimento directo do facto punível, para as sanções referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior;
- b) O Provedor, mediante processo disciplinar para a sanção referida na alínea c) ;
- c) A Mesa Administrativa, quando do processo disciplinar instaurado para sanção prevista na alínea d).

CAPÍTULO XIV

Deposito e guarda dos bens dos utentes

Artigo 29º - No momento da admissão será elaborado um inventário, de todos os pertences dos utentes, sendo entregue um exemplar ao utente e um na Instituição.

Artigo 30º - Todos os valores que sejam entregues à guarda da Misericórdia serão da responsabilidade da Instituição.

* Os valores não entregues ficam da responsabilidade do utente.

CAPÍTULO XV

Do bragal e espólio

Artigo 31º – Se, após a admissão, se verificar a desistência do utente por qualquer causa ou falecimento, será o lugar considerado livre e devoluto, podendo a Instituição fazer dele o que bem entender.

Artigo 32º – Em qualquer dos casos previsto na cláusula anterior, reverterá a favor da Instituição todo o espólio deixado no aposento pelo utente, caso não seja reclamado por este ou pelos seus herdeiros devidamente habilitados, no prazo de 12 meses, a contar da data de desistência ou falecimento.

Artigo 33º – Passado o prazo de um ano, o espólio reverterá definitivamente a favor do estabelecimento.



CAPÍTULO XVI

Do funeral e últimas vontades

Artigo 34º – O funeral será custeado pela família ou pela pessoa responsável pelo utente, apenas sendo custeado pela Instituição no caso do utente não ter família nem pessoa responsável que o possa custear.

- * “*As últimas vontades*” aceites pela Instituição, serão obrigatoriamente registadas no processo para serem cumpridas;
- * Os funerais dos utentes que fiquem a cargo da Instituição realizam-se com dignidade, dentro das suas possibilidades, e os corpos serão sepultados, nas sepulturas pertencentes à mesma.

CAPÍTULO XVII

Livro de Reclamações

Artigo 35º – Nos termos da legislação em vigor, estas Residências possuem livro de reclamações, que poderá ser solicitado pelo utente sempre que desejado à empregada responsável.

CAPÍTULO XVIII

Das disposições gerais

Artigo 36º – No caso do utente desejar sair voluntariamente das Residências, fará uma declaração escrita na qual informará o motivo desse abandono, a fim de ser apenso ao processo, assim como terá que assinar um termo em como lhe foram entregues todas

as roupas e objectos que possuía no momento da sua saída. Caso isto não seja possível, a Directora Técnica da Instituição documentará tudo, quando possível com testemunhas.

Artigo 37º – Para o completo e regular funcionamento das Residências é proibido aos Utentes:

- a) Colocar nas paredes das diversas dependências das Residências, pregos, quadros, estampas, etc., sem prévia autorização superior;
- b) Guardar nos quartos, qualquer espécie de alimentos susceptíveis de se deteriorarem ou provocarem cheiro, poluindo o ambiente;
- c) Guardar bebidas alcoólicas nos quartos;
- d) Manter nos quartos rádios ou televisores, em funcionamento após a hora de silêncio, bem como objectos cortantes (canivetes, facas, etc.);
- e) Usar ou acender qualquer lamparina, cigarro, máquina ou fogão nos quartos;
- f) Fumar em locais não permitidos, nomeadamente no quarto de dormir.

Artigo 38º – O Presente Regulamento Interno entra em vigor imediatamente.

Artigo 39º – Qualquer caso omissos no presente regulamento interno, será da resolução e competência da Mesa Administrativa, ouvindo o parecer do Provedor e da Directora Técnica da Instituição e a considerar em futura alteração ou actualização, podendo ser regidos pelo disposto no contrato de Prestação de Serviços.

O Provedor



(José Carlos Bessa Machado, Eng.º)